

JULGAMENTO MORAL EM ALUNOS DO CURSO DE PEDAGOGIA

Rogéria Pereira Rodrigues
Ana Valéria Marques Fortes Lustosa
Susana Araújo Chaves

A moral é um fenômeno complexo, que vem sendo discutido pela Filosofia e por diferentes ciências, como a Sociologia e a Psicologia. Neste estudo, todavia, visa-se restringir a discussão acerca desse tema ao âmbito da Psicologia, especificamente ao julgamento moral de um segmento particular da sociedade, qual seja, formandos do Curso de Pedagogia, haja vista sua importância para a formação de valores morais em crianças na faixa etária de 02 a 10 anos de idade. Considera-se que os professores, de modo geral atuam como modelos em função do papel que desempenham e, que têm enorme influência principalmente nessa faixa etária, aliados aos pais.

As teorias psicológicas clássicas abordam a moral sob uma perspectiva do desenvolvimento. Tais teorias estabelecem distinções para o desenvolvimento moral propriamente dito e para o desenvolvimento moral pró-social. Nunner-Winkler (citado por Lourenço, 1998) considera a distinção entre desenvolvimento moral e desenvolvimento moral pró-social como domínio do dever. Para ele, o primeiro diz respeito ao domínio dos deveres negativos ou perfeitos, como não roubar, e o segundo refere-se aos deveres positivos e imperfeitos, como ajudar ao próximo e respeitar os pais, por exemplo.

Essa distinção tem origem na filosofia moral de Kant, a partir da qual surgiram duas correntes principais: a formalista e a altruísta. A corrente formalista defende a idéia de que a moral tem por base as regras, as normas e as leis e que, por essa razão, trabalha com a natureza das regras morais. A corrente altruísta defende que a essência da moral reside no dever de fazer o bem aos outros. Essa última corrente apóia-se nas idéias morais de Kant mais do que na sua teoria formal, ou seja, sem desconsiderar a influência da razão e da cognição para o desenvolvimento pró-social, essas teorias enfatizam a relevância da afetividade, como por exemplo, a empatia, para a compreensão dos atos pró-sociais (CAMPBELL; CHRISTOPHER, 1996).

De acordo com Penna (1999) e Ferreira-Araújo (1999), a obra de Kant constitui o grande divisor no estudo da moral, tendo em vista que esta era abordada, até então, a partir das virtudes, como é o caso de Aristóteles, por exemplo. Sua relevância estende-

se à Psicologia, influenciando Jean Piaget e Lawrence Kohlberg que desenvolveram uma explicação cognitivista da moral.

Este estudo pretende investigar o julgamento moral em alunos do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí, com vistas a melhor compreender como se estrutura a moralidade nesses sujeitos tendo em vista a relevância de sua atuação futura como professores das primeiras séries do Ensino Fundamental. Para tal, diversos teóricos foram analisados com o intuito de apreender suas concepções acerca da moral, em especial, a teoria cognitivista de Jean Piaget e Lawrence Kohlberg.

A sociedade contemporânea possui múltiplas exigências decorrentes do processo de globalização pelo qual está passando, dentre elas pode-se citar aquelas vinculadas ao mercado de trabalho, à economia, à política e aos aspectos sociais como um todo. Em função das novas concepções atreladas a esse momento histórico, percebe-se com nitidez uma vigorosa mudança de valores. Se por um lado, essas exigências trazem o aperfeiçoamento da democracia e das relações sociais, por outro implicam em uma acentuação das desigualdades sociais, da violência, da corrupção e do individualismo, para mencionar apenas algumas delas.

Nesse contexto, surge a preocupação com a ética e a moral e, em função disso, com os valores que vêm sendo transmitidos pela escola nos tempos atuais. Constata-se que a literatura referente à área de educação nos mostra um crescente interesse acerca dessa temática, embora ainda sejam poucos os estudos desenvolvidos na área. A questão da ética é explicitada nos Parâmetros Curriculares Nacionais, como um tema transversal e, em alguns cursos de graduação, quando são explicitados os aspectos ético-profissionais das áreas de estudo como, por exemplo, na Psicologia e na Medicina.

A construção da moralidade tem início na socialização primária, ou seja, no contexto familiar através da transmissão de costumes, de valores e do respeito às normas e regras impostas pelos pais que influenciam a criança a desenvolver uma postura de respeito à autoridade paterna e que a acompanha até seu ingresso na educação formal, na qual o professor dá prosseguimento a essa construção de valores.

Nessa perspectiva, as pesquisas sobre moralidade são de extrema importância para a compreensão e a formação ética dos educadores, tendo em vista que estes têm uma função ímpar no desenvolvimento dos discentes por transmitirem, até de forma inconsciente, os valores que trazem consigo. (STAUB, 1992). Nesse sentido, o estudo da moralidade em futuros professores é extremamente relevante.

Deste modo, a forma como os valores são assimilados é que influencia a formação de cidadãos autônomos, numa sociedade em que a escola contribui cada vez mais para a transmissão e construção da ética e dos valores morais que regem cada período da existência humana. Essa constatação é mais uma consequência da sociedade atual, na qual as crianças estão sendo inseridas na escola cada dia mais cedo, em função das atividades desenvolvidas pelos pais no mercado de trabalho.

No processo de socialização, o sujeito desenvolve os modelos de comportamentos adequados ao seu ambiente como: costumes, tradições, educação e normas de conduta. Assim, o desenvolvimento moral é um tema relevante para a compreensão dos princípios que regem a sociedade.

Segundo Cória-Sabini (1996), um dos conceitos predominante nas pesquisas sobre o desenvolvimento moral é a internalização de proibições e ordens socialmente sancionadas. O indivíduo não passa a vida inteira considerando as normas e sanções como externas. Embora inicialmente elas sejam impostas à criança pelos pais e outros agentes socializadores, elas passam posteriormente a ser guias internos de conduta. Em outras palavras, o controle externo é substituído pelo autocontrole.

Deste modo, as pesquisas sobre desenvolvimento moral procuram entender como o sujeito internaliza os padrões sociais de modo a respeitar as regras e tê-las como guia de conduta pessoal.

Os teóricos da abordagem cognitivista, representada entre outros, por Jean Piaget e Lawrence Kohlberg defendem a idéia de que a moral tem por base as regras, as normas e as leis e que, por essa razão, trabalha com a natureza das regras morais. De acordo com esta perspectiva, a aquisição da moral é vista como um processo dinâmico, no qual a criança desempenha um papel ativo. Lourenço (1998 apud Lustosa, 1998) considera que Piaget aborda a moral na infância e Kohlberg na adolescência e vida adulta.

O pioneiro nessa abordagem é Jean Piaget. Para ele, o conceito de moralidade inclui o respeito às regras sociais e a compreensão de justiça que envolve a reciprocidade e a igualdade entre os indivíduos. Além disso, considera ainda, que o desenvolvimento moral na criança, é construído de forma ativa, a partir das relações interpessoais com os adultos e com seus pares.

Nesse sentido, esse autor há três grandes estágios, a anomia, ou seja, a ausência de regras, que ocorre muito cedo na infância, a **heteronomia**- moral da coação, de respeito às normas, às regras impostas pelo adulto e, por fim, a **autonomia** – moral da

reciprocidade, cooperação e respeito mútuo. Ao referir-se a estes dois últimos estágios de moral, Piaget diz que:

A grande diferença entre a coação e a cooperação, ou entre o respeito unilateral e o respeito mútuo, é que o primeiro impõe crenças ou regras completamente feitas, para serem adotadas em bloco, e a segunda apenas propõe um método de controle recíproco de verificação no campo intelectual de discussão e de justificação no domínio moral (1994, p. 83).

Nota-se então, que no desenvolvimento do juízo moral infantil, há a **anomia** (fase em que há ausência de regras) que corresponde à etapa inicial do processo; a heteronomia (fase em que as regras são de origem externa) e, por último, a autonomia (etapa em que a origem da regra está no próprio indivíduo). A moral da autonomia como etapa final do processo deve ser o objetivo de toda educação.

Diante disso, se a criança viver num meio cooperativo e democrático, sendo respeitada pelo adulto e participando ativamente dos processos de tomadas de decisões por meios de questionamentos, desenvolverá autonomia moral e intelectual.

Nessa perspectiva, Piaget (1948, p. 79) destaca “a influência que as relações interpessoais podem exercer sobre a construção da autonomia do sujeito, e como ambientes autoritários podem impedir o desenvolvimento da verdadeira autonomia”. Para favorecer a conquista da autonomia, a escola precisa respeitar e aproveitar as relações de cooperação que espontaneamente nascem das relações entre as crianças.

É por essa razão, que além dos pais, o professor é relevante no desenvolvimento moral das crianças, por representar um modelo de comportamento e por transmitir valores da sociedade. Nesse sentido, considerando a relevância dos professores para o processo de formação moral nas crianças é fundamental que o professor desenvolva em si mesmo as qualidades essenciais a uma postura autônoma, de modo a ser capaz de atuar construtivamente na formação de seus alunos, estimulando-os a agir, também eles, de maneira autônoma.

Essa possibilidade torna-se efetiva quando o comportamento do professor influencia favoravelmente a criança, gerando nela, sentimentos de boa vontade, que vem a ser a origem, conforme Piaget (1995), dos sentimentos morais. Esses sentimentos de boa vontade para com aqueles que lhe proporcionam prazer evoluem a partir da gratidão para sentimentos voluntários de obrigação (DEVRIES; ZAN, 1998).

Um outro estudioso dessa perspectiva cognitivista, Lawrence Kohlberg, vê a moralidade como o respeito à igualdade, aos contratos sociais,

à equidade e à reciprocidade das relações sociais e não tanto ao cumprimento de normas impostas por uma dada sociedade. Nesse sentido, Kohlberg adotou como princípio primordial a justiça, por considerar que esta consiste na razão maior para a ação moral e não meramente em uma regra para essa ação, princípio que os indivíduos deveriam desejar que todos adotassem em suas ações (LOURENÇO apud LUSTOSA, 2004, p. 250).

Para Kohlberg, existem três níveis morais evolutivos, constituídos, cada, por dois estágios de moralidade, com organização própria e equilíbrio crescentemente superior. Os estágios são formas de unir conceitos morais específicos, como a natureza do moralmente certo ou bom, além de representarem como o indivíduo relaciona-se frente às expectativas sociais. São descritos de acordo com o raciocínio de justiça, que vem a ser a elaboração do que é certo ou justo, em termos morais.

No que se refere às relações entre um estágio e outro, estas apresentam-se como evolutivas, no sentido de que o segundo sempre representa uma maior complexidade de raciocínio, desenvolvimento e organização. Para Kohlberg, os estágios são invariáveis, hierárquicos e universais.

No nível pré-convencional, os atos são julgados segundo a perspectiva de certo ou errado, de acordo com suas conseqüências físicas. Há uma evidente compreensão das normas como externas ao sujeito, e uma preocupação hedonística que o leva a realizar as ações em busca de recompensa, com o intuito de evitar possíveis danos a si mesmo. Esse nível engloba os estágios 1 e 2 de raciocínio moral.

O nível convencional apresenta como característica a atribuição de certo ou errado, segundo as convenções sociais, consideradas como próprias do indivíduo, que as adota por acreditar que elas devem ser seguidas por constituírem o sistema moral, do qual se vê como membro.

O terceiro e último nível, pós-convencional, apresenta indivíduos que são capazes de superar seus próprios interesses (pré-convencional) e de ver, a partir de uma perspectiva que ultrapassa as normas familiares, convenções sociais (convencional), tendo por base princípios éticos universais, definidos através de escolha própria e distintos das expectativas dos outros. Apesar de cumprirem as convenções, os indivíduos desse nível o fazem por reconhecerem os princípios morais universais, que são aplicáveis a todos, em qualquer lugar (LUSTOSA, 1998). A seguir serão descritos os estágios.

NÍVEL PRÉ-CONVENCIONAL (estágios 1 e 2)

1º estágio - é similar ao estágio de Piaget, pois está basicamente fundamentado na obediência a regras externas à consciência da criança.

2º estágio – predomina uma orientação hedonista ingênua e instrumental. As ações definidas como corretas são aquelas que dão prazer, ou seja, satisfazem o indivíduo, e, ocasionalmente, as outras pessoas.

NÍVEL CONVENCIONAL (estágios 3 e 4)

3º estágio – a moralidade é basicamente orientada para manter uma relação harmoniosa com os grupos sociais próximos com quem o indivíduo interage, tais como a família, a escola, o grupo de companheiros, etc.

4º estágio – a moralidade é basicamente orientada para o cumprimento do dever, para demonstrar respeito à autoridade e para a manutenção da ordem social por si mesma.

NÍVEL PÓS-CONVENCIONAL (estágios 5 e 6)

5º estágio – o certo e o errado são definidos a partir de leis ou regras institucionalizadas. Essas regras e leis, uma vez estabelecidas, devem ser respeitadas, pois exprimem a vontade da maioria e garantem o funcionamento harmonioso do grupo.

6º estágio – a conduta é orientada por valores ideais internalizados. O certo e o errado são definidos a partir do respeito a princípios éticos universais (tais como igualdade, liberdade, justiça, saúde etc.) independentemente das consequências que isso possa ter para o contrato social.

Segundo Cória-Sabini (1996, p. 132), os estudos empíricos realizados por Kohlberg mostraram duas tendências. A primeira é a de que as características dos estágios iniciais diminuem com o aumento da idade, enquanto as características dos estágios finais (estágios 5 e 6) aumentam. A segunda é a de que quanto mais distantes forem os estágios, na ordem evolutiva postulada, menor é a correlação entre os indicadores que definem cada um deles. Em outras palavras, é baixa a frequência de indivíduos que apresentam desempenhos correspondentes a estágios muito distanciados. Assim nesses estudos não é comum encontrar indivíduos no nível pós-convencional, nos estágios 5 e 6.

A vida social do indivíduo e os diversos papéis que desempenha no grupo social como: profissional, pai, filho e outros, possibilitam o entendimento da dinâmica da ordem social e do desenvolvimento moral.

De acordo com Kohlberg (apud LUSTOSA, 2004, p. 16), a maturidade moral ocorre a partir dos 20 anos de idade, porque supõe que o adulto já é capaz de raciocinar de forma autônoma. Esse autor afirma ainda que justiça é o princípio moral por excelência, o cerne da moral.

Assim, a justiça funciona como equilíbrio das relações sociais, e o julgamento moral como “uma forma prescritiva de valorar o obrigatório e o certo” (COLBY, KOHLBERG; KAUFMANN apud LUSTOSA, 2004, p. 9).

De acordo com Biaggio (1998), a moralidade pós-convencional de Kohlberg implica numa transcendência da moralidade apreendida na sociedade, num questionamento moral vigente, das leis e dos costumes, tornando possível a transformação social.

Sendo assim, o professor que é um agente divulgador dos costumes e da cultura, se tiver como estágio de moralidade o pós-convencional, conseqüentemente transmitirá segurança e autonomia aos discentes, possibilitando também o desenvolvimento pós-convencional nestes.

Uma outra pesquisadora sobre moralidade, Carol Killigan, baseia-se numa moral feminina que difere da masculina nos seguintes aspectos referenciados por Biaggio (1992) como: sentimentos, relações interpessoais, cuidado, responsabilidade e não-omissão, sendo confundida com a moral do “bom garoto”, ou das relações interpessoais e aprovação social, correspondendo ao estágio 3 proposto por Kohlberg.

Nesse sentido, Gilligan nos leva à noção de que há duas concepções de moralidade: uma moral da justiça, descrita por Kohlberg e outra representada pelo pensamento moral feminino, moral do cuidado, descrita por ela.

Portanto, os estudos sobre moral são de extrema relevância para a compreensão dos valores que regem a sociedade. E a educação como uma das responsáveis pela transmissão e construção desses valores, requer uma atenção especial visando identificar o julgamento moral dos professores com a pretensão de compreender como será a formação do juízo moral pelos educandos.

A pesquisa que está sendo realizada na UFPI, tem caráter quanti-qualitativo, tendo em vista que faz uso de técnicas utilizadas em ambos os tipos de pesquisa, quais sejam: o programa estatístico SPSS e entrevistas.

Os participantes deste estudo foram 90 (noventa) alunos do Curso de Pedagogia matriculados regularmente no 7º e 8º blocos nos turnos diurno e noturno, na faixa etária de 22 a 47 anos de idade, sendo que deste total, 19 participantes foram eliminados da amostra por terem omitido dados e também em razão de um mecanismo existente no instrumento que permitia que se percebesse quando alguém estava respondendo às questões sem compromisso, aleatoriamente. Portanto, a amostra final consistiu de 71 sujeitos de ambos os sexos, sendo seis do sexo masculino e 84 do sexo feminino, destes 44 sujeitos estavam matriculados no turno diurno e 46 no noturno.

O instrumento utilizado na coleta de dados foi o *Defining Issues Test* (DIT), de Rest, um teste de múltipla escolha, constituído por três dilemas morais hipotéticos, seguido de 12 asserções cada. Em cada asserção, o respondente, tendo por base uma escala do tipo Likert, assinala o que considera mais importante. As histórias contém asserções dos estágios **1, 2, 3, 4, 5a, 5b, 6 e A**. O estágio A – *Antiestablishment* – representa a operacionalização de um tipo de pensamento moral em que, embora haja compreensão do sistema legal, há uma forte oposição a ele. O instrumento elaborado por Rest baseia-se na teoria de Kohlberg e apresenta a vantagem de ser objetivo.

Os questionários foram identificados com o nome, matrícula, data de nascimento e o período do Curso no qual os sujeitos estavam matriculados. Os protocolos de resposta foram avaliados através do SPSS for Window, versão 11 e, atualmente estão em fase de análise, da qual será apresentada apenas uma parte.

Na aplicação dos questionários foram solicitadas autorização de alguns professores e dos sujeitos, os quais foram informados acerca da pesquisa e convidados a participar, não sendo em nenhum momento coagidos a fazê-lo se não o desejassem. A aplicação do instrumento foi feita de forma coletiva e tiveram duração média de 30 a 50 minutos.

Conclusões

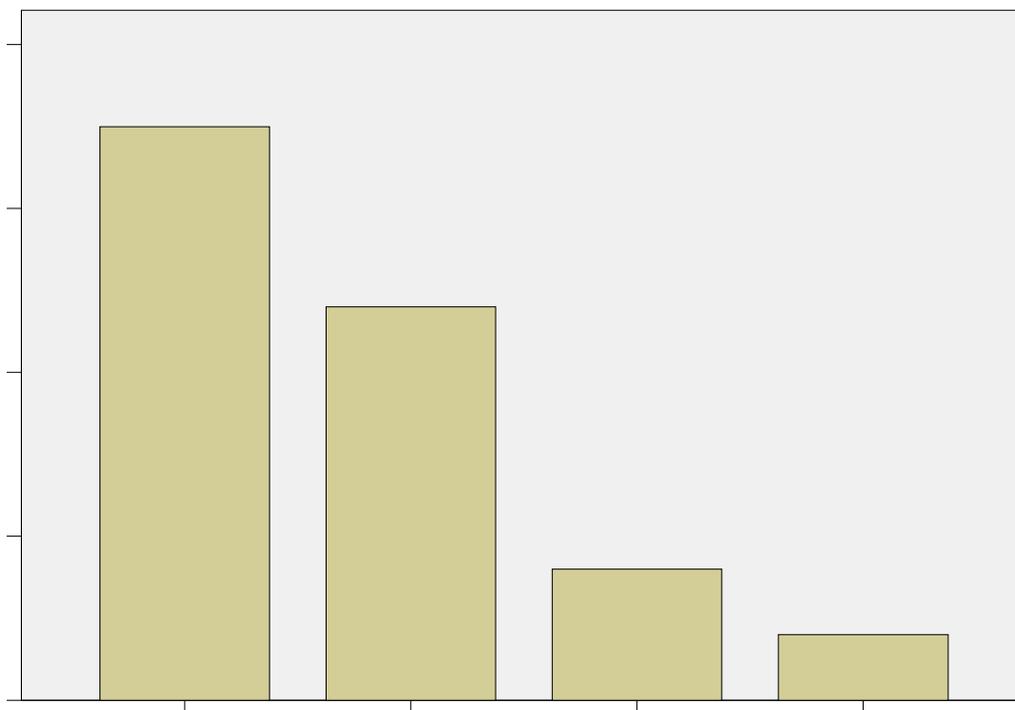
Os dados coletados apresentam os seguintes resultados, expressos nas tabelas a seguir. Inicialmente, é possível constatar com a maior parte da amostra pode ser classificada como estando no nível convencional, especificamente no estágio 4, que se refere a um julgamento moral que prioriza o dever, o respeito à ordem social, às leis civis e religiosas. Nesse sentido, constata-se que a maioria dos sujeitos nessa categoria são do turno noturno, ou seja, vinte e um (21) sujeitos, ao passo que o restante é do diurno, quatorze sujeitos (14).

Por outro lado, surpreende-nos a elevada frequência de alunos que se enquadram no estágio 5, representando 32% da amostra, sendo 19 do turno diurno e 5 do noturno. O estágio 5ª refere-se à compreensão de que a lei foi feita para o homem, não o contrário. Envolve valores comunitários, reconhecimento de sistemas sociais alternativos, defesa de ideais democráticos e direitos individuais, tendo por base a razão. O que nos surpreende é o fato de que na maioria das pesquisas realizadas em vários países, inclusive no Brasil e também naquelas feitas por Kohlberg, a incidência de sujeitos no quinto estágio é baixa.

O restante da amostra situa-se no estágio 3, representando 10,7% da amostra e no estágio 6, representando 5,3% da amostra. No caso do estágio 6, apenas 4 sujeitos obtiveram pontos para atingi-lo, o que merece maior consideração acerca desses indivíduos. Quanto ao estágio 3, apenas 8 sujeitos enquadram-se neste, sendo que dois sujeitos são do diurno e seis do noturno.

Frequência simples por Estágio de Moral

		Frequência	%	% Válido	% Acumulado
Válidos	4	35	46,7	49,3	49,3
	5A	24	32,0	33,8	83,1
	3	8	10,7	11,3	94,4
	6	4	5,3	5,6	100,0
	Total	71	94,7	100,0	
Não-válidos	99	3	4,0		
	M	1	1,3		
	Total	4	5,3		
Total		75	100,0		



Turno X Estágio

Count		estágio				Total
		3	4	5A	6	
turno	diurno	2	14	19	3	38
	noturno	6	21	5	1	33
Total		8	35	24	4	71

Frequência simples por Idade

		Frequência	%	% Válido	% Acumulado
Valid	22	2	2,7	2,7	2,7
	23	10	13,3	13,3	16,0
	24	12	16,0	16,0	32,0
	25	12	16,0	16,0	48,0
	26	8	10,7	10,7	58,7
	27	9	12,0	12,0	70,7
	28	5	6,7	6,7	77,3
	29	5	6,7	6,7	84,0
	30	1	1,3	1,3	85,3
	32	1	1,3	1,3	86,7
	34	1	1,3	1,3	88,0
	35	2	2,7	2,7	90,7
	37	4	5,3	5,3	96,0
	40	1	1,3	1,3	97,3
	43	1	1,3	1,3	98,7
	47	1	1,3	1,3	100,0
	Total	75	100,0	100,0	

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, U. F. Um estudo da relação entre o **ambiente cooperativo e o julgamento moral na criança**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.
- BIAGGIO, A. M. B. **Psicologia do desenvolvimento**. 9 ed. Petrópolis: Vozes 1998.
- _____. **Desenvolvimento moral: vinte anos de pesquisa no Brasil**. Psicologia: Reflexão e Crítica. 1998. 1, 60-69.
- _____. **Desenvolvimento moral: aspectos cognitivos**. IN. **Psicologia do desenvolvimento**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. **Desenvolvimento moral: aspectos comportamentais** IN **Psicologia do desenvolvimento**. 9 ed.. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CAMINO, C. , LUNA, V. **Aquisição e desenvolvimento de valores**. IN: CORREEIA, MÔNICA (org). **Psicologia e escola: uma parceria necessária**. Campinas, SP. Alínea, 2004.
- CÓRIA-SABINI, M. A. **Psicologia aplicada à educação**. São Paulo: EPU, 1996.
- De VRIES, R., ZAN, B. **A ética na educação infantil- o ambiente sócio-moral na escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- DeVRIES, R., ZAN, B. **A ética na educação infantil - o ambiente sócio-moral na escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- LA TAILLE, Yves de. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LUSTOSA, A. V. M. F. **Moral em superdotados:** uma nova perspectiva. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, DF, 2004.

_____. **A compreensão da moralidade:** contribuições teóricas da psicologia do desenvolvimento. IN A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MENIM, M. S. de Stefano. Desenvolvimento moral. IN: MACEDO, LINO de. (org).

Cinco estudos de educação moral. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. p. 37-104.

KOLLER, S. H., VINAS, A, BIAGGIO, A. **Efeitos do sexo do protagonista na avaliação de diferenças de gênero no julgamento moral.** Psic. Teor. e Pesq. Brasília, 1992, vol. 8, nº 3, p. 327-339.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1948.

_____. **O juízo moral na criança.** São Paulo: Summus, 1994.